

Tropicália
Transmissora
de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Tropicália Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Tropicália Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis

regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do imobilizado	
Veja as Notas 4.1 e 9 das demonstrações contábeis regulatórias	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2020 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 489.107 mil referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e efetuando investimentos expressivos na construção das instalações do serviço público de transmissão de energia que são classificadas como ativo imobilizado. Existe alto grau de julgamento exercido pela Companhia para: (i) definir a alocação de seus gastos e para (ii) determinar o momento de transferência imobilizado em curso para imobilizado em serviço, que é relevante na determinação do momento inicial da depreciação do ativo imobilizado.</p> <p>Devido ao fato desse ativo ser o elemento mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado.</p> <p>Testamos, em bases amostrais, as composições de adições ocorridas ao imobilizado ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por meio de inspeção documental de notas fiscais comprobatórias, bem como a análise da classificação dos gastos e confronto com os saldos contábeis.</p> <p>Avaliamos também, o processo de transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço e as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo do imobilizado, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2021.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		25	46	Fornecedores	11	9.260	20.017
Títulos e Valores Mobiliários	7	25.209	174.164	Impostos e contribuições a recolher		673	813
Despesas antecipadas		409	418	Outros passivos circulantes		569	949
Tributos Compensáveis		3.871	1.940	Dividendos		17.046	29.553
Outros ativos circulantes		40	35	Encargos da dívida		1.319	-
		<u>29.554</u>	<u>176.603</u>			<u>28.865</u>	<u>51.332</u>
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas		340	749	Debêntures	12	461.408	421.641
Tributos diferidos	8a	1.474	1.275			<u>461.408</u>	<u>421.641</u>
Outros ativos não circulantes		45	45	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado	9	489.107	351.287	Capital social		58.000	96.000
Intangível	10	6.742	6.329	Reserva de capital		-	1
		<u>497.708</u>	<u>359.685</u>	Reserva legal		11.314	7.725
				Prejuízo Acumulado		(69.019)	(47.552)
				Reserva especial		36.694	7.141
						<u>36.989</u>	<u>63.315</u>
Total do ativo		<u><u>527.262</u></u>	<u><u>536.288</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>527.262</u></u>	<u><u>536.288</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Operacionais	14	<u>(2.883)</u>	<u>(3.799)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(2.883)</u>	<u>(3.799)</u>
Receita Financeira		2.288	5.722
Despesas Financeira		<u>(457)</u>	<u>(2.576)</u>
Resultado financeiro	15	1.832	3.146
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.051)</u>	<u>(653)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	8b	<u>218</u>	<u>129</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(833)</u></u>	<u><u>(524)</u></u>
Resultado por ação (básico e diluído)		(0,008)	(0,005)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(833)	(524)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(833)</u></u>	<u><u>(524)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva Especial	Prejuízo Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2018	9	10.101	90.900	(5.000)	-	-	(2.609)	93.392
Integralização do capital social		85.899	(85.899)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(29.553)	(29.553)
Constituição de reserva		-	-	-	7.725	7.141	(14.866)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(524)	(524)
Em 31 de dezembro de 2019	9	96.000	5.001	(5.000)	7.725	7.141	(47.552)	63.315
Redução do capital social		(38.000)	-	-	-	-	-	(38.000)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)
Constituição de reserva		-	(5.001)	5.000	3.589	29.553	(3.589)	29.553
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(833)	(833)
Em 31 de dezembro de 2020	9	58.000	-	-	11.314	36.694	(69.019)	36.989

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(833)	(524)
Ajuste		
Depreciação e amortização	104	101
	(729)	(423)
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	417	404
Tributos Compensáveis	(1.931)	(1.841)
Tributos diferidos	(200)	(43)
Outros ativos	(4)	(2)
Fornecedores	(10.758)	6.379
Impostos e contribuições a recolher	(141)	548
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	41.087	16.478
Juros pagos	-	(1.837)
Outros passivos	(380)	407
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>27.361</u>	<u>20.069</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(137.908)	(274.497)
Aquisições de bens do ativo intangível	(427)	(1.016)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(221.441)	(838.377)
Resgate em títulos e valores mobiliários	370.396	686.735
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>10.620</u>	<u>(427.155)</u>
Emissão de debentures	-	407.000
Aquisição de empréstimos	-	116.038
Redução do Capital Social	(38.000)	-
Amortização de empréstimos	-	(116.038)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(38.000)</u>	<u>407.000</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(22)	(86)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>46</u>	<u>132</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>25</u></u>	<u><u>46</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é até fevereiro de 2022, entretanto o Contrato de Concessão prevê na cláusula quinta, oitava subcláusula, que a data de necessidade para o sistema é janeiro de 2017. Sendo assim, a entrada em operação comercial do empreendimento pode ocorrer a qualquer momento após essa data. A Companhia em seu plano de negócios estimava a data de agosto de 2020 para entrada em operação do empreendimento, contudo com o impacto do covid-19 houve uma postergação para janeiro de 2021, tendo isso refletido nos contratos EPC necessários a sua construção.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 440 milhões.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia (MME), a Companhia teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Companhia como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Em 17 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU), que poderá ser usufruído por 5 anos da data da habilitação.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, já tendo todas as Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

A Companhia já possui os Contratos de Compartilhamento de Instalação (CCIs) necessários: Para a SE SAPEAÇU, foi assinado em 30/05/17 contrato com TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, e SE POÇÕES foi assinado CCI com EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A em 31/10/18.

Em 24 de abril de 2020 a Companhia assinou contrato com empresa Cotesa Engenharia LTDA, os serviços de operação e manutenção que serão executados em 2 (dois) períodos distintos, compostos pela seguintes fases:

- Período de pré-operação:
 - Fase de mobilização: terá início a partir do dia útil subsequente à da emissão da ordem de serviço e pode se estender por até 90 (noventa) dias;
 - Fase de acompanhamento do comissionamento: terá início concomitantemente com o início do comissionamento e se conclui com o final do mesmo.
- Período de operação comercial: correspondente ao período que se inicia após a emissão do Termo de Liberação de Provisória (“TLP”) pelo ONS, com duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir do TLP.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 21 de Agosto de 2018, através da Resolução n 7252, autoriza a Tropicália, a implantar Reforços em instalação de transmissão em SAPEAÇU, sob sua responsabilidade e estabelece R\$ 1,3 milhões (base jul/17) como Receita Anual Permitida, que será reajustada anualmente pelo IPCA.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.2 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de dezembro.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das

concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

4 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa 2, nas páginas 13 a 19, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado

4.1.1 Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2 Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. As mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras societárias da Companhia:

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de

maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

b. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possuía dois instrumentos de operação de termos de moedas, que foram liquidados em março de 2019.

- (1)** NDF 16L00207079 - USD 2,9 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000- Resultado Líquido de R\$ (993) mil

6.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2020			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	25	25
Títulos e valores mobiliários	-	25.209	25.209
	-	25.209	25.234
Passivos, conforme balanço patrimonial			Total
Debêntures		462.727	462.727
		462.727	462.727
31/12/2019			
Valor justo por meio			

	31/12/2019		
	Recebíveis	do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	46	46
Títulos e valores mobiliários	-	174.164	174.164
	-	174.164	174.210
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Debêntures		421.641	421.641
		421.641	421.641

6.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2020					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			0,75 %	2,75%	4,75%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	25	0	1	2
	Títulos e Valores Mobiliários	25.209	189	693	1.197
			2,31%	4,52%	6,31%

IPCA %	Debêntures	462.727	10.689	20.915	29.198
---------------	------------	---------	--------	--------	--------

2019

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
		-	3,94%	5,94%	7,94%
	Caixa e equivalentes de caixa	46	2	3	4
CDI %	Titulos e Valores Mobiliários	174.164	6.862	10.345	13.829
		-	2,31%	4,31%	6,31%
IPCA %	Debêntures	421.641	9.740	18.173	26.606

7 Títulos e valores mobiliários

Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Certificados de depósitos bancários	25.209	128.132
Fundo de investimentos	-	46.032
	<u>25.209</u>	<u>174.164</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB e Fundo de Investimentos realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social ativo diferido

	31/12/2020	31/12/2019
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.054	936
Bases negativas de contribuição social	420	338
	<u>1.474</u>	<u>1.275</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>1.474</u>	<u>1.275</u>

b. Efeitos no resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.051)	(653)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(358)	(222)
Bônus e gratificações	99	78
Outros	<u>40</u>	<u>15</u>
	<u>(219)</u>	<u>(129)</u>
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	<u>(219)</u>	<u>(129)</u>
	<u>(219)</u>	<u>(129)</u>

c. Realização dos impostos diferidos

	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos	
2021	895
2022	<u>579</u>
	<u>1.474</u>

9 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto 31/12/2020	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2020	Valor líquido 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Veículos	151	-	-	-	151	-	(45)	106	136
Móveis e utensílios	-	20	-	-	20	20	(2)	18	-
Subtotal	151	20	-	-	171	20	(47)	124	136
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	276	-	-	-	276	-	(283)	-7	41
Móveis e utensílios	101	5	-	-	106	5	(27)	78	84
Subtotal	377	5	-	-	382	5	(310)	71	125
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	105.769	18.067	-	-	123.836	18.067	-	123.836	105.769
Outros	245.257	119.818	-	-	365.075	119.818	-	365.075	245.257
Administração									
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	351.026	137.885	-	-	488.911	137.885	-	488.911	351.026
Total do Ativo Imobilizado	351.554	137.910	-	-	489.464	137.910	(357)	489.107	351.287

Tropicália Transmissora de Energia S.A.
*Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020 e 2019*

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2019	Valor líquido 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço Transmissão									
Móveis e utensílios	-	-	-	151	151	-	(15)	136	-
Subtotal	-	-	-	151	151	-	(15)	136	-
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	276	-	-	-	276	-	(235)	41	104
Móveis e utensílios	81	11	-	9	101	11	(17)	84	72
Subtotal	357	11	-	9	377	11	(252)	125	176
Ativo Imobilizado em Curso Transmissão									
Máquinas e equipamentos	18.064	87.705	-	-	105.769	87.705	-	105.769	18.064
Outros	58.627	186.781	-	(151)	245.257	186.781	-	245.257	58.627
Administração									
Outros	9	-	-	(9)	-	-	-	-	9
Subtotal	76.700	274.486	-	(160)	351.026	274.486	-	351.026	76.700
Total do Ativo Imobilizado	77.057	274.497	-	-	351.554	274.497	(267)	351.287	76.876

	Taxas anuais médias de depreciação %	2020		2019	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		171	(47)	124	136
Administração					
Custo Histórico	21,11%	382	(310)	72	125
		<u>553</u>	<u>(357)</u>	<u>196</u>	<u>261</u>
Em Curso					
Transmissão		488.911	-	488.911	351.026
Administração					
		<u>488.911</u>	<u>-</u>	<u>488.911</u>	<u>351.026</u>
		<u>489.463</u>	<u>(357)</u>	<u>489.107</u>	<u>351.287</u>

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Em Curso					
Máquinas e equipamentos	16.468	1.599	-	-	18.067
A ratear	129	6.969	805	-	7.903
Compras em andamentos	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	(1.953)	(5.909)	-	-	(7.862)
Outros	12.505	59.932	-	47.339	119.776
Total do imobilizado em curso	<u>27.149</u>	<u>62.591</u>	<u>805</u>	<u>47.339</u>	<u>137.885</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 Intangível

	Valor Bruto 31/12/2019	Adições	Transferências	Valor Bruto 31/12/2020	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2020	Valor líquido 31/12/2019
Ativo Intangível - R\$ Mil								
Em serviço								
Administração								
Softwares	69	24	-	93	24	(31)	62	52
Subtotal	69	24	-	93	24	(31)	62	52
Ativo Intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	6.277	395	-	6.672	395	-	6.672	6.277
Softwares	-	8	-	8	8	-	8	-
Subtotal	6.277	403	-	6.680	403	-	6.680	6.277
Total do Ativo Intangível	6.346	427	-	6.773	427	(31)	6.742	6.329
	Valor Bruto 31/12/2018	Adições	Transferências	Valor Bruto 31/12/2019	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2019	Valor líquido 31/12/2018
Ativo Intangível - R\$ Mil								
Em serviço								
Administração								
Softwares	9	-	60	69	-	(17)	52	6
Subtotal	9	-	60	69	-	(17)	52	6
Ativo Intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	5.261	1.016	-	6.277	1.016	-	6.277	5.261
Softwares	60	-	(60)	-	-	-	-	60
Subtotal	5.321	1.016	(60)	6.277	1.016	-	6.277	5.321
Total do Ativo Intangível	5.330	1.016	-	6.346	1.016	(17)	6.329	5.327

Refere-se as servidões negociadas para a instalação da linha de transmissão

		2020		2019	
Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração					
Softwares	20%	93	(31)	62	52
Em Curso - R\$ Mil					
Administração					
Servidões		6.672	-	6.672	6.277
Software		8	-	8	-
		6.773	(31)	6.742	6.329
		6.773	(31)	6.742	6.329

11 Fornecedores

	2020	2019
LMeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda	-	540
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.347	1.992
Siemens Ltda	6.395	16.902
Outros	518	583
	9.260	20.017

12 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

Os recursos oriundos dessa captação serão suficientes para concluir toda a construção do empreendimento.

Também foi formalizado um aditivo ao CPG (Contrato de Prestação de Garantias), assinado em fevereiro/2019, aumentando o valor das fianças “completion” para R\$ 407.000 mil.

- **Prazo:** 24 anos (até agosto de 2043)
- **Custo:** IPCA + 5,0921%.
- **Carência:** 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	IPCA + 5,0921%	<u>462.727</u>	<u>421.641</u>
Principal		407.000	407.000
Juros		<u>55.727</u>	<u>14.641</u>
Passivo circulante		1.319	-
Não circulante		461.408	421.641

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição

Debêntures	31/12/2019	Aquisição			Amortização		31/12/2020
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	437.265		22.736	18.350	-	-	478.351
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)				-	-	(15.624)
Total:	421.641		22.736	18.350	-	-	462.727

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	2020
2021	1.319
2022	578
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	<u>451.576</u>
	462.727

Vencimentos	2019
2021	-
2022	509
2023	2.035
2024	3.053
2025	3.052
Após 2025	412.992
	421.641

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até completion
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

13 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 96.000 (noventa e seis mil reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de janeiro de 2020 ocorreu a redução de capital social em R\$ 38.000 (trinta e oito milhões), passando o capital social de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais) sem o cancelamento de ações, conforme Ata de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de novembro de 2019. Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	2019/ 2020	
	Quantidade de ações	Participação %
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	26.502	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	16.193	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	9.529	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	5.776	9,96
	58.000	100

b. Reserva de Capital

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de janeiro de 2019, foi deliberado o montante de R\$ 85.899 para integralização de capital.

Em 24 de novembro de 2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de capital.

c. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, apurado com base nas demonstrações financeiras societárias, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

Com base no resultado de R\$ 71.772 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia destinou o valor de R\$ R\$ 3.589 como reserva legal. Nas demonstrações regulatórias esta reserva foi registrada em prejuízos acumulados do exercício.

e. Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

Com base no resultado de R\$ 71.772 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 17.046. Nas demonstrações regulatórias este dividendo foi registrado em prejuizos acumulados do exercício.

f. Reserva Especial

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2019, houve a deliberação para a reversão do provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios societários de 2018 no valor de R\$ 7.141, sendo este registrado nas Demonstrações regulatórias em prejuízo acumulado do exercício.

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 08 de abril de 2020, houve a deliberação para a reversão do provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 29.553 sendo este registrado nas Demonstrações regulatórias em prejuízo acumulado do exercício.

14 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(1.091)	(670)
Administradores	(693)	(761)
Material	(42)	(58)
Serviços de terceiros	(795)	(2.043)
Depreciação	(104)	(101)
Aluguéis	(148)	(141)
Impostos e taxas	(10)	(25)

<u>(2.883)</u>	<u>(3.799)</u>
----------------	----------------

15 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(457)	(189)
Outras despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(2.387)</u>
	<u>(458)</u>	<u>(2.576)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	2.275	5.717
Outras receitas financeiras	<u>13</u>	<u>5</u>
	<u>2.288</u>	<u>5.722</u>
	<u>1.832</u>	<u>3.146</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia teve no exercício de 2020 prejuízo líquido de R\$ 833, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

17 Meio Ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017;
- a Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 21 de Junho de 2018.

18 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores. (conforme relacionados abaixo:

- Seguro Garantia nº 066532017000107750002923 - Endosso 0000000, contratado pela Tropicália Transmissora de Energia S.A. junto à Pan Seguros S.A. tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurada, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2017 até 6 de novembro de 2022;
- Seguro de Riscos de Engenharia nº 02852.2018.0031.0167.0001826 - Endosso 00003, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência de 15 de junho de 2020 até 30 de setembro de 2022;
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral nº 02852.2018.0031.0351.0002986 - Endosso 00004, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 30 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021;
- Seguro Garantia nº 03-0776-0163715, apólice de referência: 03-0776-0160860, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à Juntos Seguros S.A., na modalidade “Executante Construtor”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 15 de junho de 2020 até 30 de dezembro de 2020; e

Será enviado a Companhia, cópia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

g. Seguro garantia da ANEEL

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

19 Honorário dos Administradores

O total pago, no exercício de 2020 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 1.258 e em 2019 o montante foi de R\$ 1.919.

20 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 2019, a Companhia não possuía contingências com risco de perda provável ou possível e nem passivos contingentes a serem divulgados, de acordo com seus advogados externos.

Em 2020, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

Possuí as seguintes causas possíveis:

- Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.
- Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de adicional de periculosidade, com reflexos no aviso prévio, férias, 13.º salário, F.G.T.S., indenização de 40% sobre o F.G.T.S.; e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.
- Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de indenização correspondente ao período estável; pagamento de adicional de periculosidade com reflexos no aviso prévio, férias, 13.º salário, F.G.T.S. e indenização de 40% sobre o F.G.T.S.; e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo

21 Eventos Subsequentes

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu a entrada em operação comercial.

22 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Nota	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	25	-	25	46	-	46
Títulos e Valores Mobiliários	25.209	-	25.209	174.164	-	174.164
Despesas antecipadas	409	-	409	418	-	418
Tributos Compensáveis	3.871	-	3.871	1.940	-	1.940
Outros ativos	40	-	40	35	-	35
	<u>29.554</u>	<u>-</u>	<u>29.554</u>	<u>176.603</u>	<u>-</u>	<u>176.603</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Concessão so serviço público (ativo contratual)	-	855.784	855.784	-	607.498	607.498
Despesas antecipadas	340	-	340	749	-	749
Tributos diferidos	1.475	(1.475)	-	1.275	(1.275)	-
Outros ativos	45	-	45	45	-	45
Imobilizado	489.107	(489.035)	72	351.287	(351.162)	125
Intangível	6.741	(6.671)	70	6.329	(6.277)	52
	<u>497.708</u>	<u>358.603</u>	<u>856.311</u>	<u>359.685</u>	<u>248.784</u>	<u>608.469</u>
Total do ativo	<u>527.262</u>	<u>358.603</u>	<u>885.865</u>	<u>536.288</u>	<u>248.784</u>	<u>785.072</u>
	31/12/2020			31/12/2019		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	9.260	-	9.260	20.017	-	20.017
Impostos e contribuições a recolher	672	1	673	813	-	813
Outros passivos	568	1	569	949	-	949
Encargos da dívida	1.319	-	1.319	-	-	-
Dividendos propostos	17.046	-	17.046	29.553	-	29.553
	<u>28.865</u>	<u>2</u>	<u>28.867</u>	<u>51.332</u>	<u>-</u>	<u>51.332</u>
Não circulante						
Tributos Diferidos	-	120.951	120.951	-	83.740	83.740
Debêntures	461.408	-	461.408	421.641	-	421.641
	<u>461.408</u>	<u>120.951</u>	<u>582.359</u>	<u>421.641</u>	<u>83.740</u>	<u>505.381</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	58.000	-	58.000	96.000	-	96.000
Reserva de Capital	-	(1)	1	1	(1)	-
Prejuízo Acumulados	(69.019)	69.019	-	(47.552)	47.552	-
Reserva Legal	11.314	-	11.314	7.725	-	7.725
Reserva de lucros a realizar	-	168.631	168.631	-	117.493	117.493
Reserva Especial	36.694	-	36.694	7.141	-	7.141
	<u>36.989</u>	<u>237.649</u>	<u>274.640</u>	<u>63.315</u>	<u>165.044</u>	<u>228.359</u>
Total do passivo e	<u>527.262</u>	<u>358.603</u>	<u>885.865</u>	<u>536.288</u>	<u>248.784</u>	<u>785.072</u>

patrimônio líquido	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas							
Receitas bruta			248.285	248.285	-	464.813	464.813
Custo sobre serviços prestados			(97.213)	(97.213)	-	(259.026)	(259.026)
Lucro bruto			151.072	151.072	-	205.787	205.787
Despesas gerais e administrativas		(2.883)	32	(2.851)	(3.799)	15	(3.784)
Resultado operacional		(2.883)	151.104	148.221	(3.799)	205.802	202.003
Receita Financeira		2.288	-	2.288	5.722	-	5.722
Despesas Financeira		(457)	(41.087)	(41.544)	(2.576)	(16.478)	(19.054)
Resultado financeiro		1.832	(41.087)	(39.255)	3.146	(16.478)	(13.332)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(1.051)	110.017	108.965	(653)	189.324	188.671
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		218	(37.411)	(37.193)	129	(64.366)	(64.237)
Prejuízo do exercício		(833)	72.606	71.772	(524)	124.958	124.434

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 22 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iv) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0